

PAULO HARTUNG Governador do Espírito Santo

Crise atrasa novo acesso a Vila Velha

“Se eu só puder entregar o estudo ao meu sucessor estará ótimo, porque não havia estudo nenhum sobre trânsito e desafios do trânsito. A gente tem de ir devagar com esses e outros projetos, por causa da crise. As obras que têm recursos garantidos com operações de crédito, nós vamos fazer”

EDNALVA ANDRADE

Ainda comemorando os índices de redução da pobreza e crescimento da classe média do Espírito Santo na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), o governador Paulo Hartung (PMDB) falou, em entrevista exclusiva ao jornal *A Tribuna*, sobre as consequências da crise econômica dos Estados Unidos no Estado, como o adiamento da construção de uma nova ligação entre Vitória e Vila Velha.

Ele também admitiu a possibilidade de participar do processo eleitoral municipal nesta última semana e apontou abril de 2010 como o momento de definição de seu futuro político.



A Tribuna – O Espírito Santo foi apontado nos últimos dias como o estado que mais reduziu a pobreza no País, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Como o senhor viu esse resultado e a que o atribui?

Paulo Hartung – Eu vibrei muito com o resultado da Pnad, porque ver o meu estado, no meu governo, liderando o País na diminuição de pobreza é extraordinário.

A classe média capixaba também deu um salto para mais de 50%, sendo a que mais cresceu no Brasil. Não tem coisa melhor para uma pessoa na vida pública do que ver que o seu trabalho está produzindo melhorias sociais expressivas como essas.

Atribuímos isso a todo o trabalho que nós fizemos: reorganizamos a administração, colocamos o pagamento em dia, fizemos concurso, consertamos a máquina e voltamos a atrair o capital privado para investimento.

– O senhor acha que a crise mundial desencadeada pela crise imobiliária dos Estados Unidos vai interferir nesse processo?

– Já está interferindo negativamente. Não existem mais aquelas economias autônomas no mundo.

– Quais medidas o governo pretende adotar, além das já anunciadas, para minimizar os efeitos da crise no Espírito Santo?

– Precisamos lidar com os problemas, não ignorá-los, nem empurrá-los com a barriga.

Desde o início da crise imobiliária americana colocamos um pé atrás. Não falamos para ninguém, mas passamos a ter cautela. Quando estourou, levamos os dois pés para trás.

Não vamos licitar nenhuma obra cara demais, vamos definir na terça-feira os valores disso, a rotina. Vamos esperar um pouco para ver o impacto dessa crise no Brasil e no Espírito Santo, o seu tamanho, o tempo que vai durar e replanejar nossas ações, porque o que já conquistamos vale ouro: orçamento equilibrado e contas em dia.

Podemos ter de adiar algumas coisas. Mas o que é adiar algumas coisas perto de preser-



FOTOS: FERNANDO RIBEIRO/AT

var o patrimônio conquistado? É muito pouco.

Podemos contar que a atividade econômica no Brasil vai diminuir, não vai crescer 5,5% no ano que vem, como estava previsto, e, com isso, reduz o dinheiro para as prefeituras, os governos estaduais e a União.

– Dá para ter dimensão de queda de receita e outras consequências mais pontuais que a crise pode trazer para o Estado, como a revisão dos concursos públicos?

– O tamanho da queda ninguém consegue prever. Terá queda, porque terá diminuição da atividade econômica. Um imposto que é fundamental na receita do governo e das prefeituras é o ICMS. Ele cresce com maior atividade econômica e diminui em situação contrária.

Para tomar conta dessa con-

juntura que eu criei, por decreto, um grupo para acompanhar a crise americana e a sua repercussão no Brasil e no Espírito Santo com a participação de vários secretários.

A regra é: não podemos gastar mais do que temos e sempre temos que fazer uma reserva para um momento de dificuldade. Foi a reserva de US\$ 200 bilhões do Brasil que ajudou nessa crise.

– E o estudo sobre a construção de uma nova ligação entre Vitória e Vila Velha. Já há alguma definição se será feita uma quarta ponte ou um túnel?

– O estudo está em curso, mas esse é o tipo de obra que, com uma crise dessa, fica avançando no estudo, não tem como dar um passo de tal magnitude com uma turbulência dessas.

Tem de esperar, ir com cal-

ma. Mas é evidente que, como não tinha estudo, precisamos ter avaliação. Se eu só puder entregar o estudo ao meu sucessor estará ótimo, porque não havia estudo nenhum sobre trânsito e desafios do trânsito.

A gente tem de ir devagar com esses e outros projetos, por causa da crise. As obras que têm recursos garantidos com operações de crédito nós vamos fazer.

Também temos duas vinculações grandes no Orçamento que são para saúde e educação, que nos permitem fazer muita coisa independente de uma crise aqui ou acolá.

– Existe ameaça ou previsão de mudança de planos em relação ao porto de águas profundas e à instalação da usina da Baosteel no Espírito Santo?

– Até agora não. Não recebe-

mos nenhum sinal dos empreendedores para reavaliar cronograma ou investimento. O sinal que temos é de que o processo segue.

– O senhor defendeu em evento nacional a distribuição dos royalties do petróleo do pré-sal para municípios e estados não produtores.

– Fiz várias observações sobre a distribuição dos royalties. Primeiro, desmistifiquei a visão de que o Espírito Santo estava ganhando muito dinheiro. Só tem a União e o Rio de Janeiro ganhando bilhões.

Nós recebemos este ano R\$ 152 milhões, aproximadamente, o que é pouco perante a nossa arrecadação de ICMS. O Espírito Santo é o segundo produtor de petróleo do Brasil.

Mostrei também o que estamos fazendo com o nosso dinheiro. É pouco, mas o distribuímos bem, financiando programas como: o Fundo de Combate às Desigualdades Regionais, que a gente repassa às prefeituras que não têm produção de petróleo como Colatina, Cachoeiro, Guarapari, Mucurici; o Fundágua, que criamos este ano; e os programas de compras de vagas em escolas privadas, como o Nossa Bolsa e o Bolsa Sedu. Mostrei um bom exemplo de uso do dinheiro dos royalties.

Pedi também para ir com calma nesse assunto. O marco re-

OS NÚMEROS DA Pnad NO ESTADO

■ **RENDA** – Entre 2003 e 2007, a renda domiciliar per capita média do País cresceu 23%, enquanto no Espírito Santo foram 27%.

■ **RANKING** – No mesmo período, o Espírito Santo passou do 9º para o 4º lugar no ranking dos estados com menor índice de pobreza.

■ **POBREZA** – O Espírito Santo foi o es-

tado que mais reduziu a taxa de pobreza no País. Em 2003, era de 25,2% e caiu para 13,3% em 2007.

■ **MISÉRIA** – O índice de extrema pobreza no Estado passou de 7,8%, em 2003, para 3,5% em 2007.

■ **CLASSE MÉDIA** – De 2003 a 2007, a classe média no Brasil cresceu 35%, enquanto no Estado esse cresci-

mento foi de 48%. No ano passado, ela já representava mais da metade da população capixaba, 50,1%, índice acima da média nacional, que foi de 47,1%.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2007 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Jones dos Santos Neves

AJ12129-2
PAULO HARTUNG Governador do Espírito Santo

FERNANDO RIBEIRO/AT



Hartung criticou o nepotismo: "Acho que se tiver, em algum órgão, alguém em confronto com a norma, essa pessoa vai pedir para sair naturalmente"

gulatorio atual é exitoso. Ele pode ser aperfeiçoado, mas tem de olhar de que forma, para fazer uma coisa melhor. Não precisa pressa porque as áreas licitadas são muito grandes e o que precisamos é arrumar dinheiro para tirar esse petróleo do fundo do mar, porque ele só vale depois que está no barril. Acho que a gente pode ir devagar e fazer bem feito.

- O senhor não acha que o que for definido sobre a distribuição do petróleo do pré-sal pode prejudicar o Espírito Santo?

- Não. Acho que temos de ficar atentos, da mesma forma que a nossa bancada está cuidando da reforma tributária no Congresso. Temos de ficar atentos à discussão, que estamos sendo chamados para participar.

Participamos de uma reunião com o governador do Rio, Sérgio Cabral, o (governador de Sergipe) Marcelo Deda, e o presidente Lula em Mangaratiba. Acho que o Espírito Santo está vivendo um momento bom.

- Estamos a uma semana da eleição e dois candidatos que o senhor declarou apoio estão atrás nas pesquisas: Rodrigo Chamoun (PSB), em Guarapari, e Paulo Foletto (PSB), em Colatina. O senhor acha que se eles perderem a eleição, o governo também perde?

- O vice-governador (Ricardo Ferraço) está participando da

campanha, da mesma forma que no primeiro governo o deputado federal e ex-vice-governador Lelo Coimbra participou. Os secretários, cada um com a sua convicção política-partidária, também.

Os candidatos têm usado a minha imagem e minhas declarações. Não desautorizo ninguém, mas não entrei em nenhuma campanha até agora, porque, para mim, isso seria pedir voto para esse ou aquele candidato, explicando à população porque votar em tal proposta.

Minha tendência pessoal é de não entrar. Quem está na função de governador deve tentar não se colocar na posição de árbitro de disputas locais.

- Então, o senhor decidiu não participar de campanha em nenhum município?

“Minha tendência é de não entrar (na campanha). Não estou dando a palavra final. Uma semana é uma eternidade”

- Não estou dando a palavra final. Uma semana para a eleição é uma eternidade. Eu não sou só a minha cabeça, eu tenho de ouvir as pessoas. Eu tenho ouvido e recebido muitas pressões.

- O senhor vai intervir onde houver risco de retrocesso?

- Essa discussão de retrocesso presidiu o processo eleitoral passado, acho que não está posta hoje. Nunca subestimo as forças que tiramos do poder, são pessoas que enriqueceram desviando dinheiro público, que não têm limite, que chegaram ao ponto de usar a violência.

Mas pelo que tenho observado no debate eleitoral da disputa local, não é uma questão de retrocesso, mas de interesse político. Não sou imune a isso porque eu lidero uma frente política muito ampla, muito heterogênea, muito diversificada. Então, sugestões estão vindo a mim e até agora eu consegui convencer de que não é o caso de ter participação direta do governador na campanha.

Mas, evidentemente, que eu sou suscetível a esse debate, porque ninguém governa sozinho, todo mundo precisa de apoio, de força política. Eu tenho de ouvir e considerar legítimas essas pressões.

- O senhor convidou oficialmente o prefeito da Serra, Audi-

fax Barcelos, para compor o seu secretariado. Há alguma definição sobre a pasta que ele ocupará e quando anunciará novos nomes. Será antes de dezembro?

- Vamos definir essas mudanças em dezembro. Pretendo trazer para o governo algumas lideranças políticas municipais que estão terminando suas administrações com êxito, com apoio da população, como é o caso do Audifax.

Ele é um dos prefeitos mais bem avaliados do Estado e um técnico que entrou na política e deu certo. Ele já foi convidado e até dezembro a gente mexe em outras peças.

- O senhor já definiu se disputará uma vaga ao Senado ou à Câmara Federal em 2010?

- A minha missão, primeiro, é terminar essa obra e tem duas

“Essa é uma decisão que eu e Ricardo vamos tomar juntos: ver quem fica no governo até o final, se eu ou ele”

maneiras de fazer isso: indo até o último dia do mandato ou me desincompatibilizando. Essa é uma decisão que eu e Ricardo Ferraço vamos tomar juntos: ver quem fica no governo até o final, se eu ou ele. Essa é uma decisão que teremos de tomar em abril de 2010. Está longe, nem precisamos nos preocupar com isso agora.

Se eu me desincompatibilizar tenho de ver o que vou fazer: posso ser candidato a deputado federal ou a senador se eu decidir voltar para a política nacional.

- Quanto à sucessão estadual, houve alguma mudança em relação à lista que o senhor mencionou no início deste ano. Alguma peça se movimentou, entrou ou saiu. Ferraço e Casagrande, que o senhor citou, continuam na lista?

- A lista é a mesma. Nem falo mais os nomes porque tem gente que briga porque não entrou naquela lista. O bom é ter a lista, ter opções.

- Quais são os projetos que o governo deve enviar até o final do ano para a Assembléia Legislativa?

- Estamos enviando o Orçamento 2009 e a Assembléia já me devolveu operações de crédito aprovadas. Ao todo, é R\$ 1 bilhão em investimento só em saneamento.

Já aprovamos a (operação de crédito) para o Banco Interamericano de Desenvolvimento com um conjunto de intervenções que, independentemente da crise econômica internacional, é dinheiro que vamos ter para fazer obras.

Estamos aprovando a operação do Prodetur que tem investimentos de melhoria urbana do centro de Guarapari, do Canal, e o Centro de Eventos do Aeroporto, porque é uma vocação do Espírito Santo sediar o turismo de negócios.

Tem o Transcol IV para ser votado segunda-feira (amanhã) e estamos acertando com o BNDES uma operação na área da Saúde, que prevê a informatização de todas as unidades hospitalares, para que tenhamos um fluxo de informações, melhor controle, e prevê recursos para a construção do novo Dório Silva, que a gente pretende lançar edital de licitação no final deste ano.

- Entrou em vigor há um mês a 13ª Súmula do Supremo Tribunal Federal que veda o nepotismo até terceiro grau em todos os poderes. Como será a adaptação do governo estadual, que já solicitou informações à Procuradoria Geral.

- Eu tomei a iniciativa, junto com o secretário de Gestão, Ricardo Oliveira, para que a Procuradoria nos dê uma orientação. Ela tem 30 dias para falar, mas não sei se vai gastar 30, 20, 15 dias. Essa orientação vai ser estendida a todos os órgãos que estão contemplados naquela súmula. Antes disso, seguimos a Constituição Estadual.

- O senhor tem conhecimento de servidores que se encaixam na situação exposta pela norma?

- Eu não entendi a norma, porque ela é complexa, por isso pedi uma análise jurídica dela. Não vamos discutir se ela é justa ou não. Vamos cumpri-la.

- Quem estiver em desacordo com a Súmula, será exonerado?

- Acho que se tiver, em algum órgão, alguém em confronto com a norma, essa pessoa vai pedir para sair naturalmente.